



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 347/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1602/2015.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Sr. Daniel Borges Nava, Secretário de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAD/AM – Informação nº 253/2015 (fls. 141/142).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 824/2016-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 143/145).

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Exercício de 2014.

*Contas Irregulares. Multa. Prazo. Recomendação ao Atual Gestor.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM, referente ao exercício financeiro de 2014, sob responsabilidade do Sr. **Daniel Borges Nava**, Secretário de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos, à época, nos termos do art. 1º, II e art. 22, III, “b” da Lei nº 2.423/96;

**9.2- Aplicar multa** ao Sr. **Daniel Borges Nava**, Secretário de Estado de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos, à época, no valor de **R\$ 10.960,32 (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta e dois centavos)**, conforme o esculpido no art. 54, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 308, inciso VI, da Resolução n. 04/2002, por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, em face das restrições, relacionadas ao item 10.1 e 10.2, do Relatório/Voto;

**9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento dos valores mencionados acima aos cofres da Fazenda Pública Estadual, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual nº 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;

**9.4- Autorizar**, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,  
Edição nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 347/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.5- Recomendar** ao atual gestor no sentido de intensificar esforços no sentido de captar recursos para o fundo de promover a destinação na forma da lei, em benefício da concretização da política estadual de gerenciamento de recursos hídricos.

**11- Ata:** 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de abril de 2016.

**13-Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.

**14-Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral